

# Convergência de políticas públicas: uma metodologia para a construção de agendas de ações de CT&I para inclusão social<sup>1</sup>

Simone Uderman<sup>2</sup> & Glauter Rocha<sup>3</sup>

## Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar uma metodologia de trabalho para construção de agendas de CT&I para Inclusão social. Desenvolvida pelo CGEE, em parceria com a Secis/MCT, essa metodologia foi testada no segundo semestre de 2009 nos estados do Acre e Rio Grande do Norte. Além disso, apresenta-se também uma proposta de modelo de gestão e de acompanhamento para as ações das agendas. A motivação para o desenvolvimento desse trabalho foi apoiar a Secis/MCT em seus esforços de construção de agendas de trabalho capazes de orientar a convergência de suas ações de inclusão social com as ações empreendidas pelos estados brasileiros na mesma área. O artigo está organizado, além da seção introdutória e das considerações finais, em três seções adicionais. Na seção 2, reúnem-

## Abstract

*This article aims to describe a methodology for construction of Science, Technology and Innovation agendas for social inclusion promotion. It was developed by CGEE, in association with Secis-MCT. This methodology was tested in the second semester of 2009 in two Brazilian states: Acre and Rio Grande do Norte. Furthermore, it also brings proposals of management and accompaniment models for these agendas. It is composed by five sections. The first and the last ones are the introduction and conclusion. The second describes the activities and programs of Secis-MCT. The third brings the elements that sustain the agenda's construction and support the proposed actions execution. Finally, in section four are described the methodological procedures for the agendas construction.*

1 A metodologia descrita neste artigo foi desenvolvida no âmbito do projeto "Planos estaduais de CT&I para Inclusão Social", realizado em parceria pelo CGEE e Secis/MCT. A equipe técnica do projeto foi composta por: Antônio Galvão (diretor supervisor), Carmem Bueno e Glauter Rocha (Coordenador do projeto), do CGEE; Gloria Gama e Natália Gedanken, da SECIS/MCT; e Simone Uderman, professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

2 Simone Uderman é economista, mestre em economia e doutora em administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É professora da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Email: [simoneuderman@gmail.com](mailto:simoneuderman@gmail.com)

3 Glauter Rocha é doutor e mestre em engenharia de produção (PUC/Rio). Fellow 2002-2003 do Special Program for Urban and Regional Studies do Massachusetts Institute of Technology (MIT/USA). É coordenador de projetos na área de CT&I no Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Email: [glauter@cgee.org.br](mailto:glauter@cgee.org.br)

se informações acerca da atuação da Secis e de seus principais programas. A seção 3 apresenta os elementos que sustentam a construção das agendas e dão suporte à execução das ações propostas. Na seção 4, por fim, detalham-se os procedimentos metodológicos utilizados ao longo do processo, com vistas a registrá-los e disseminar a sua aplicação.

**Palavras-chave:** Agenda de CT&I. Inclusão Social. Gestão. Convergência. Metodologia.

**Keywords:** *ST&I Agenda. Social inclusion. Management. Convergency. Methodology.*

## 1. Introdução

Nos últimos anos, tem se disseminado a percepção de que a produção de conhecimento e os esforços de desenvolvimento científico e tecnológico, além de respaldarem o crescimento econômico e a aquisição de ganhos de competitividade, devem estar atrelados aos objetivos de inclusão social e melhoria das condições de vida da população. O sistema nacional e os sistemas estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), por meio de suas instituições, políticas e programas, têm sido cada vez mais utilizados como instrumentos para estimular o progresso científico e tecnológico e promover o desenvolvimento econômico e a inclusão social.

O crescente reconhecimento da importância desses sistemas tem motivado a criação e o fortalecimento de órgãos estaduais e nacionais de suporte às atividades de CT&I. Essa tendência vem sendo acompanhada por esforços de formulação de políticas públicas e de articulação em conselhos e fóruns nacionais que propiciam a troca de informações e o intercâmbio de experiências. Não obstante os avanços observados, ressurte-se, ainda, da ausência de mecanismos de articulação das ações de CT&I dirigida aos propósitos de inclusão social, que potencializem resultados e minimizem a dispersão dos esforços empreendidos pelas diversas instâncias de governo. No âmbito federal, a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (Secis) do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) tem se mostrado particularmente atenta a essa questão, preocupando-se em criar mecanismos de gestão que facilitem a convergência entre as ações que gerencia e outras iniciativas de relevo identificadas.

Como o desenvolvimento social configura-se como uma das vertentes mais importantes das políticas de Estado, é natural que ações de CT&I direcionadas para a inclusão social assumam um papel preponderante não apenas na agenda de trabalho do MCT, mas também na pauta de preocupações de outras entidades que atuam em âmbito nacional, estadual e municipal. A relevância de ações de CT&I para inclusão social tem sido, de fato, percebida e valorizada pelos governos estaduais, pelas administrações municipais e por instituições da sociedade civil organi-

zada, que procuram avançar na formulação e implementação de ações capazes de fomentar a produção de conhecimento e fortalecer seus compromissos com a justiça social, a equidade, a solidariedade e o respeito ao meio ambiente e às diversidades locais.

Assim, o conhecimento científico e tecnológico em favor da superação das desigualdades sociais e regionais e da promoção da melhoria das condições de vida das populações carentes e excluídas torna-se uma alavanca poderosa, acionada de forma cada vez mais freqüente e intensa por todos aqueles que assumem o compromisso com o desenvolvimento e a inclusão. Progressivamente, o papel da ciência é reconhecido, não só como propulsora do desenvolvimento, mas, sobretudo, como ferramenta de inclusão de parcelas marginalizadas da população (REZENDE, 2005). Nesse sentido, é fundamental aproximar os programas e ações federais da base social diretamente impactada, agregando iniciativas e esforços a partir da convergência de interesses e da identificação de propósitos comuns. O êxito dessas ações está associado a diversos elementos, dentre os quais se encontra, sem dúvida, a capacidade de articulação institucional.

A construção e o aperfeiçoamento de um ambiente afeito à inovação e à apropriação dos resultados dos esforços científicos e tecnológicos aos propósitos de inclusão social, nesse contexto, pressupõem o conhecimento de aspectos vinculados à base produtiva estadual e às instituições técnico-científicas atuantes em cada território. Além disso, requer que se identifiquem as principais ações, políticas públicas e programas de CT&I para inclusão social disponíveis em nível estadual, analisando as suas interseções e convergências com as políticas e programas federais, de modo a fortalecer sinergias e articular parcerias capazes de ampliar os impactos pretendidos.

Incorpora-se, assim, uma concepção que extrapola o modelo linear de inovação, que propõe ações focadas no fortalecimento da pesquisa básica acreditando nos seus desdobramentos tecnológicos imediatos para os segmentos produtivos e para o conjunto da sociedade (VIOTTI, 2008). Embora se reconheça a importância do comportamento empresarial na prática da inovação e a sua influência nos indicadores de desenvolvimento social, privilegia-se a construção de um ambiente inovativo, onde aspectos institucionais, articulações interinstitucionais e a própria trajetória das ações de CT&I ocupam um papel central.

O desenvolvimento de redes de conhecimento e informação que fomentem a capacidade de organização de instituições e grupos sociais e envolvam as comunidades em torno de projetos de CT&I, respeitando valores e identidades culturais, torna-se, então, um elemento fundamental na democratização do saber e na transformação do conhecimento em desenvolvimento econômico e inclusão social. Torna-se também relevante o desenvolvimento de tecnologias para inclusão social (DAGNINO, 2004), assim como a instituição de instrumentos de planejamento e gestão capazes de identificar e articular esforços, de modo a potencializar os seus resultados.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo apresentar uma metodologia de trabalho para construção de agendas de CT&I para Inclusão social, desenvolvida pelo CGEE, em parceria com a Secis/MCT, e testada, no segundo semestre de 2009, nos estados do Acre e Rio Grande do Norte<sup>1</sup>. Além disso, apresenta também uma proposta de modelo de gestão e uma metodologia de acompanhamento para as ações das agendas. A motivação para o desenvolvimento dessa metodologia foi ajudar a Secis/MCT em seus esforços de construção de agendas de trabalho que orientassem a convergência de suas ações de inclusão social com as ações empreendidas pelos estados brasileiros na mesma área.

De modo a apresentar as principais etapas do trabalho de construção das agendas, este artigo inclui, além desta seção introdutória e das considerações finais, três seções adicionais. Na seção 2, reúnem-se informações acerca da atuação da Secis e de seus principais programas, de forma a criar referências para a identificação de ações estaduais convergentes. A seção 3, por sua vez, apresenta os elementos que sustentam a construção das agendas e dão suporte à execução das ações propostas. Na seção 4, por fim, detalham-se os procedimentos metodológicos utilizados ao longo do processo, com vistas a registrá-los e disseminar a sua aplicação.

## 2. Principais programas e ações federais de ciência, tecnologia e inovação para inclusão social

Esta seção do trabalho destina-se a apresentar os principais programas e ações sob a responsabilidade da Secis. Na medida do possível, identifica-se o montante de recursos alocados a cada uma dessas iniciativas e a sua abrangência territorial.

### 2.1. Programas e ações da Secis

Criada em julho de 2003, a Secis tem como objetivo articular políticas que viabilizem o desenvolvimento econômico, social e regional (dedicando particular atenção à região Amazônica e ao Nordeste) e difundir, em comunidades carentes, conhecimentos e tecnologias apropriadas. A sua estrutura interna incorpora dois departamentos (Departamento de Ações Regionais para Inclusão Social e Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia) e duas coordenações-gerais (Coordenação-Geral de Acompanhamento da Execução de Projetos de Inclusão Social e Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento da Segurança Alimentar e

---

1 Esses estados — localizados, respectivamente, nas regiões Norte e Nordeste do país, que no geral enfrentam maiores desafios na formulação e execução das ações de CT&I para inclusão social — foram escolhidos como foco dessa incursão inicial, que deve ser estendida para outras unidades da Federação.

Nutricional), que têm sob sua responsabilidade uma série de programas e ações que se articulam de diversas maneiras, uma vez que são perpassados por questões de natureza transversal afeitas a diversas áreas.

Na sequência, procura-se apresentar os principais programas e ações a cargo da Secis, de modo a identificar eixos temáticos que articulem as ações das agendas de convergência. Todas as informações foram obtidas em documentos oficiais, no site do MCT ou por meio de entrevistas realizadas com alguns dos seus representantes<sup>2</sup>.

O Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (PACTI) 2007-2010 compõe-se de quatro prioridades estratégicas, distribuídas em 21 linhas de ação (MCT, 2007). Com o intuito de promover a popularização e o aperfeiçoamento do ensino de ciências nas escolas, assim como a difusão de tecnologias para a inclusão e o desenvolvimento social, a prioridade estratégica IV, estruturada pela Secis, intitula-se CT&I para o desenvolvimento social e desdobra-se em duas linhas de ação: (i) linha de ação 20: popularização de CT&I e melhoria do ensino; e (ii) linha de ação 21: Tecnologias para o desenvolvimento social.

A Linha de Ação 20, para cumprir os seus objetivos, vale-se da implementação dos quatro programas discriminados a seguir:

- Apoio a Projetos e Eventos de Divulgação Científica, Tecnológica e de Inovação: programa que visa promover e fomentar atividades de divulgação científico-tecnológica, de inovação e de desenvolvimento do ensino de ciências realizadas por instituições de ensino e pesquisa, entidades científico-tecnológicas e de inovação, órgãos governamentais e outras organizações, bem como consolidar e expandir a Semana Nacional de C&T (SNCT).
- Apoio à Criação e ao Desenvolvimento de Centros e Museus de CT&I: objetiva ampliar e desenvolver a rede de popularização da ciência, da tecnologia e da inovação no país, bem como promover a articulação dos centros e museus de CT&I entre si. Pretende aumentar a quantidade e melhorar a distribuição regional de centros e museus de CT&I, planetários, observatórios, parques de ciência, OCCAS (Oficinas de Ciência, Cultura e Arte), atividades itinerantes de divulgação de CT&I etc.
- Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP): visa consolidar e ampliar a OBMEP de modo a estimular o estudo da matemática entre alunos das escolas públicas. Desse modo, contribui para a melhoria da qualidade da educação básica; incentiva

<sup>2</sup> Além do secretário Joe Valle, foram entrevistados: Natália Gedanken, Diretora do Departamento de Ações Regionais, Adriana Depieri, do Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia, e Marco Antônio Carvalho, analista responsável pelo planejamento estratégico. O roteiro de entrevistas utilizado encontra-se disponível no Anexo I.

o aperfeiçoamento dos professores das escolas públicas; identifica e apóia a construção de jovens talentos, incentivando seu ingresso nas áreas científicas e tecnológicas; contribui para a integração entre escolas públicas, universidades, institutos de pesquisa e sociedades científicas; e promove a inclusão social por meio da difusão do conhecimento.

- Conteúdos Digitais Multimídia para Educação Científica e Popularização da CT&I na Internet: tem como alvo a produção de material didático e de conteúdos digitais destinados a apoiar professores e estudantes e a divulgar de forma mais ampla a CT&I.

A Linha de Ação 21, por sua vez, conta com oito programas destinados a apoiar: (i) a produção, difusão, apropriação e aplicação do conhecimento científico, tecnológico e de inovação como instrumento de desenvolvimento social, econômico e regional; (ii) a criação e disseminação de mecanismos de inclusão digital por meio de atividades de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação (P,D&I) voltadas para tecnologias sociais e de inclusão que envolvam metodologias participativas. Esses programas e seus respectivos objetivos são sistematizados na sequência:

- Implementação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos: propõe-se a consolidar e expandir o programa de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), de modo a fortalecer a rede nacional de difusão e popularização de C&T e ampliar a oferta de pontos de acesso ao conhecimento científico e tecnológico. Nesse sentido, pretende também: (i) fortalecer os sistemas locais e regionais de CT&I, integrando as capacidades dos agentes participantes; (ii) contribuir para a melhoria da educação científica; (iii) proporcionar cursos de formação técnica e/ou profissional na área científico-tecnológica, presenciais ou à distância; (iv) fortalecer a vocação regional por meio do aproveitamento das oportunidades setoriais existentes ou emergentes; (v) reforçar a infraestrutura de P,D&I, necessária ao processo de geração, adaptação e difusão do conhecimento científico-tecnológico; (vi) favorecer a transferência de tecnologias sociais como contribuição ao desenvolvimento regional; e (vii) ampliar o atendimento a setores produtivos com grande convergência e impacto na geração de emprego e renda.
- Programa Nacional de Inclusão Digital: visa proporcionar à população menos favorecida o acesso às facilidades da tecnologia da informação, capacitando jovens para o mercado de trabalho e familiarizando trabalhadores com práticas relacionadas à informática. A implantação de Telecentros, onde o público-alvo recebe capacitação em informática básica e pode navegar na rede mundial de computadores, contribui para a melhoria da educação e aperfeiçoamento de mão-de-obra.
- Apoio à Pesquisa, à Inovação e à Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social: por meio de convênios, descentralizações e editais para seleção pública de projetos, o

programa apóia o desenvolvimento e a aplicação de produtos, técnicas e metodologias voltadas para transformar a realidade social de localidades atingidas pela pobreza, analfabetismo e exclusão. Engloba iniciativas na área de tecnologias sociais — definidas como um conjunto de produtos, técnicas e metodologias simples, de baixo custo e de fácil aplicação, que representam efetivas soluções de transformação social —, tecnologias de resíduos, tecnologias assistivas voltadas para a inclusão e o desenvolvimento social de pessoas portadoras de necessidades especiais e tecnologias dirigidas para a melhoria da qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais. Para empreender as ações deste programa, o MCT tem procurado articular-se com outras instituições, participando, por exemplo, da Rede de Tecnologia Social<sup>3</sup>.

- Programa Comunitário de Tecnologia e Cidadania: voltado para a difusão de tecnologias que melhorem o nível de produção das atividades agroindustriais de pequeno porte e com baixa inserção social e econômica.
- CT&I para o Desenvolvimento Regional com Enfoque em Desenvolvimento Local – APLs: visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável, o programa destina-se a promover a competitividade dos APLs, de modo a: (i) fortalecer os Sistemas Locais e Regionais de Inovação e consolidá-los como elemento de suporte à competitividade dinâmica de empresas e economias regionais; (ii) fortalecer a capacitação para a inovação, buscando a redução de desigualdades sociais e econômicas; (iii) contribuir para o desenvolvimento regional, enfatizando a inclusão social e a redução das disparidades regionais.
- Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional: no âmbito desse programa, procura-se fortalecer sistemas locais de segurança alimentar e nutricional, desenvolver metodologia de educação nutricional para grupos em risco de insegurança alimentar e nutricional, definir tecnologias sociais aplicadas à segurança alimentar e nutricional, mapear as culturas alimentares da população brasileira e avaliar as políticas de segurança alimentar e nutricional (alimentação e nutrição, merenda escolar, agricultura familiar).
- Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para Inserção Social: destina-se a apoiar projetos com ações diretas de inclusão social voltados para o desenvolvimento agropecuário e agroindustrial.

---

3 A Rede de Tecnologia Social (RTS) reúne, organiza, articula e integra um conjunto de instituições com o propósito de contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável mediante a difusão e a reaplicação em escala de tecnologias sociais, que compreendem produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que devem representar efetivas soluções de transformação social (disponível em: <http://www.rts.org.br/rts/a-rts/proposito>. Acesso em: 22/10/2009).

- Capacitação em CT&I para o Desenvolvimento Social: abriga atividades destinadas ao cumprimento das metas de capacitação previstas no PACTI.

Esse conjunto de programas norteia as ações da Secis, sustentando importantes esforços empreendidos por suas diretorias e coordenações. Seus objetivos orientam também alguns editais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), instituições vinculadas ao MCT. Apesar da relevância de todos eles, como bem evidenciam os seus propósitos, é possível destacar aqueles que mais avançaram até o momento, contando com um maior volume de recursos e/ou uma estrutura mais adequada para a sua implementação. Nas subseções que seguem, procura-se identificar, utilizando o critério da alocação de recursos financeiros, os programas e ações mais robustos de CT&I para inclusão social a cargo do MCT, com especial atenção àqueles desenvolvidos no âmbito da Secis.

### Montante de recursos envolvidos nas principais ações e programas sob a responsabilidade da Secis

O MCT tem acompanhado o andamento dos programas anteriormente descritos e de outras iniciativas sociais apoiadas por instituições a ele vinculadas, dispondo de informações relativas ao volume de recursos investidos nas diversas ações sociais vinculadas ao PACTI para o Brasil e para cada uma das unidades da federação<sup>4</sup>. Essas informações são extremamente úteis para os propósitos de construção das agendas de convergência. Por um lado, permitem identificar, sob o critério da disponibilidade de recursos financeiros, as principais ações e programas federais de CT&I para inclusão social no âmbito do MCT. Por outro, os dados desagregados por unidade da federação constituem-se em importante suporte à análise das interseções e sinergias entre as ações federais e a base produtiva e técnico-científica dos estados investigados. Assim, permitem que sejam identificadas oportunidades a serem exploradas e lacunas a serem preenchidas nos esforços de convergência das ações de fomento empreendidas no âmbito dos estados e na esfera do MCT.

Na tabela 1, a seguir, apresentam-se, de acordo com a sua representatividade na distribuição dos recursos aplicados, as ações de CT&I para o desenvolvimento social associadas às prioridades estratégicas do MCT e às suas correspondentes linhas de ação, tomando-se como referência o período 2003-2008. Além de projetos de inclusão social da Secis apoiados por convênios, descentralizações e termos de parceria, dos projetos de inclusão digital realizados por meio do contrato de repasse com a Caixa Econômica Federal (CEF) entre 2005 e 2008 e dos recursos do Programa

4 Essas informações são também desagregadas por territórios da cidadania e estão disponíveis em: <http://temp.mct.gov.br/#>. Acesso em 15/07/2009.

Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), os dados incluem editais sociais do CNPq e projetos sociais da Finep amparados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). As colunas em destaque exibem os recursos aplicados pela Secis, que concentra 68% do montante aplicado no período, distribuídos entre 1.990 projetos, correspondentes a 53% do número de projetos apoiados.

**Tabela 1:** MCT – Ações de CT&I para o Desenvolvimento Social – 2003/2008

Ações	Total		Secis		Finep/FNDCT		CNPq	
	Valor (R\$mil)	Quantidade	Valor (R\$mil)	Quantidade	Valor (R\$mil)	Quantidade	Valor (R\$mil)	Quantidade
Desenvolvimento Social e Popularização de C&T	377.827,8	433,0	374.021,2	429,0	3.806,6	4,0	-	-
Inclusão Digital	280.752,6	1.230,0	237.884,4	1.199,0	42.868,2	31,0	-	-
Centro Vocacional Tecnológico	219.730,4	260,0	219.730,4	260,0	-	-	-	-
Saúde	199.308,6	544,0			140.023,3	96,0	59.285,3	448,0
Arranjo Produtivo Local	59.092,0	148,0	53.878,9	102,0	-	-	5.213,1	46,0
Tecnologias Sociais e Assistivas	32.906,7	346,0	-	-	11.588,1	28,0	21.318,6	318,0
Educação, Cultura, Esporte e Lazer	26.369,5	34,0	-	-	26.369,5	34,0	-	-
Segurança Alimentar e Nutricional	23.760,9	143,0	-	-	17.584,8	41,0	6.176,1	102,0
Economia Solidária	21.634,4	104,0	-	-	21.634,4	104,0	-	-
Saneamento Ambiental	21.141,4	102,0	-	-	21.141,4	102,0	-	-
Recursos Hídricos	12.710,4	45,0	-	-	12.710,4	45,0	-	-
Agricultura Familiar	8.731,1	92,0	-	-	4.360,3	9,0	4.370,8	83,0
Habitação	8.315,9	59,0	-	-	8.315,9	59,0	-	-
Desenvolvimento Local	6.913,6	8,0	-	-	6.913,6	8,0	-	-
Relações de Gênero	4.725,1	173,0	-	-	-	-	4.725,1	173,0
Cadeias Produtivas de Recursos Pesqueiros	2.437,0	20,0	-	-	-	-	2.437,0	20,0
<b>Total</b>	<b>1.306.357,4</b>	<b>3.741,0</b>	<b>885.514,9</b>	<b>1.990,0</b>	<b>317.316,5</b>	<b>561,0</b>	<b>103.526,0</b>	<b>1.190,0</b>

Fonte: <http://temp.mct.gov.br/#>. Acesso em 15/07/2009.

Elaboração própria

Conforme se pode observar, as ações de desenvolvimento social e popularização de C&T canalizaram o maior volume de recursos, alcançando uma participação relativa a 28,9% do total empregado ao longo do período. Estão aí envolvidas 433 iniciativas, 429 das quais a cargo da Secis.

As demais iniciativas fazem parte de projetos financiados pela Finep e representam cerca de 1% do montante alocado nesse tipo de ação.

Os projetos de inclusão digital desdobram-se em 1.230 projetos, dos quais 1.199 são apoiados pela Secis e 31 pela Finep. No total, chega a 21,5% a participação dos recursos envolvidos nesse tipo de ação em relação ao total aplicado no conjunto de ações de CT&I para o desenvolvimento social do PACTI entre os anos de 2003 e 2008. Quando considerado o número de projetos apoiados, esse percentual salta para 32,9%, o que ratifica a magnitude e a relevância do programa.

Os 260 projetos de CVTs identificados envolveram, no âmbito do MCT, apenas recursos associados à Secis, representando 16,8% do total gasto em ações de CT&I para o desenvolvimento social realizado por esse ministério e suas agências de financiamento no período. Os recursos aí considerados referem-se apenas à montagem dos CVTs, não contemplando gastos associados à sua manutenção e gestão<sup>5</sup>. Sabe-se que uma parcela muito representativa do montante alocado nesses projetos provém de emendas parlamentares, dependendo, portanto, da iniciativa, do interesse e do grau de organização das lideranças estaduais.

Na área de saúde, todos os 544 projetos foram financiados por meio de editais do CNPq ou da Finep. Trata-se de projetos de pesquisa associados a temas relevantes e direcionados de acordo com os interesses julgados prioritários. É interessante notar que os editais de saúde representam 15,3% e 14,5%, respectivamente, do volume de recursos e do total de projetos alocados nas ações de CT&I para inclusão social do PACTI no período considerado. Esses valores são muito expressivos, sobretudo quando contrapostos ao fato de que a participação relativa dos demais editais lançados para projetos dessa natureza alcança 17,0% desse conjunto. Considerando-se apenas a quantia disponibilizada por meio dos editais do CNPq e Finep envolvendo ações de CT&I para o desenvolvimento social, observa-se que a área de saúde representa 44,1% e 57,3%, respectivamente, dos valores concedidos.

As ações de apoio a APLs envolveram recursos correspondentes a 4,5% do total canalizado pelo MCT para ações de CT&I para o desenvolvimento social associadas ao PACTI. Além dos valores sob responsabilidade da Secis, equivalentes a 91,2% do total aplicado, contou-se também com recursos provenientes de editais do CNPq.

As demais ações discriminadas, embora representem em conjunto apenas 13,0% do montante aplicado, envolvem 30,1% do total de projetos apoiados. Todas dispõem apenas de recursos provenientes dos editais da Finep e do CNPq, mas muitas delas contam com o apoio e a intervenção direta da Secis. É o caso, por exemplo, das ações de tecnologias assistivas, tema que inte-

---

<sup>5</sup> Cabe ressaltar ainda que a estruturação de muitos desses centros envolveu recursos de parceiros estaduais, municipais ou privados.

gra o leque de preocupações da Departamento de Ações Regionais, ou das ações de segurança alimentar, que se referenciam no trabalho desenvolvido pela Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento da Segurança Alimentar e Nutricional.

## **Abrangência territorial das principais ações e programas sob a responsabilidade da Secis**

O conjunto de informações disponibilizado pelo MCT permite que se observe com grande riqueza de detalhes a distribuição territorial dos recursos do PACTI destinados à CT&I para o desenvolvimento social. Embora não seja esse o objeto de investigação deste trabalho, é importante compreender a abrangência geográfica das principais ações e programas sob a responsabilidade do MCT, de modo a contextualizar a situação de cada um dos estados a serem envolvidos nos esforços de convergência propostos. Para que não se perca o foco, contudo, optou-se por apresentar as informações detalhadas por unidades federativas em anexo, restringindo-se a análise desta seção à distribuição regional de recursos e projetos, com algumas incursões relativas a situações estaduais de grande destaque. Na próxima tabela, foram sistematizadas as participações relativas da cada uma das cinco regiões político-administrativas no total de recursos aplicados e em cada uma das ações identificadas<sup>6</sup>. As linhas em destaque reúnem informações relativas às ações prioritariamente conduzidas pela Secis.

Embora todas as regiões e unidades federativas contem com alguma parcela dos recursos do PACTI destinado à inclusão social, a sua distribuição, refletindo a realidade nacional, revela-se bastante desigual. A despeito dos esforços recentes e da manifesta intenção de priorizar as regiões mais carentes do país na distribuição de recursos para inclusão social, a região Sudeste, conforme se pode observar, ainda responde por uma parcela muito expressiva do conjunto de recursos e projetos com esse viés vinculados ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Não obstante esse fato, observa-se que os percentuais de participação de 48,6% do montante total aplicado e 39% dos projetos apoiados entre os anos de 2003 e 2008 são inferiores à participação do Sudeste no Produto Interno Bruto (PIB) e na população nacional, da ordem, respectivamente, de 56,8% e 42,6%<sup>7</sup>. A concentração de recursos para a região, entretanto, ainda é bastante evidente quando se examinam algumas ações específicas, como é o caso de desenvolvimento local, saúde, CVTs, recursos hídricos e desenvolvimento social e popularização de C&T.

Os números indicam que a maior facilidade de acesso aos recursos direcionados a CT&I para inclusão social por meio de editais (FAGUNDES, CAVALCANTE; RAMACCIOTTI, 2005), como é

<sup>6</sup> As Tabelas do Anexo II, apresentam, respectivamente, os valores absolutos e as participações relativas de cada uma das unidades federativas nas ações de CT&I para o desenvolvimento social.

<sup>7</sup> Dados do IBGE relativos a 2006.

provavelmente o caso da saúde, não é a única explicação para a elevada concentração regional, que se apresenta também em programas cuja aplicação de recursos segue outros procedimentos. No caso dos CVTs, por exemplo, uma explicação encontrada para a significativa participação relativa da região Sudeste — e, em particular, do estado de Minas Gerais — é o número de emendas parlamentares aprovadas (CGEE, 2009), que, de certo modo, reflete o grau de organização política das comunidades locais e a agilidade de sua base parlamentar.

**Tabela 2:** MCT – participação regional nas ações de CT&I para o desenvolvimento social – 2003/2008

	Norte	Nordeste	Centro-oeste	Sudeste	Sul	Total (R\$ mil)
desenvolvimento Social e Popularização de C&T	0,5%	30,2%	8,9%	54,7%	5,7%	377.827,8
Inclusão Digital	4,8%	28,5%	19,5%	34,7%	12,4%	280.752,4
Centro Vocacional Tecnológico	5,8%	23,1%	7,8%	62,4%	0,8%	219.730,6
Saúde	2,3%	16,8%	3,1%	65,7%	12,1%	199.308,4
Arranjo Produtivo Local	6,2%	48,4%	23,5%	10,0%	11,9%	59.092,1
Tecnologias Sociais e Assistivas	15,3%	17,3%	9,8%	16,9%	40,7%	32.906,7
Educação, Cultura, Esporte e Lazer	0,4%	77,9%	2,1%	10,6%	9,0%	26.369,5
Segurança Alimentar e Nutricional	7,5%	35,5%	15,8%	33,3%	8,0%	23.760,9
Economia Solidária	6,0%	21,5%	3,0%	49,9%	19,6%	21.634,4
Saneamento Ambiental	2,2%	18,5%	10,1%	40,6%	28,6%	21.141,4
Recursos Hídricos	0,0%	28,4%	2,9%	55,6%	13,0%	12.710,4
Agricultura Familiar	17,3%	52,8%	7,5%	13,2%	9,3%	8.731,3
Habitação	1,1%	18,4%	3,0%	49,0%	28,5%	8.315,8
Desenvolvimento Local	0,0%	2,3%	0,0%	93,3%	4,4%	6.913,6
Relações de Gênero	4,2%	21,1%	9,3%	46,5%	18,9%	4.725,2
Cadeias Produtivas de Recursos Pesqueiros	94,1%	0,0%	5,9%	0,0%	0,0%	2.436,9
<b>TOTAL</b>	<b>3,8%</b>	<b>27,6%</b>	<b>10,6%</b>	<b>48,6%</b>	<b>9,4%</b>	<b>1.306.357,4</b>
<b>Projetos</b>	<b>7,6%</b>	<b>26,9%</b>	<b>9,1%</b>	<b>39,0%</b>	<b>17,3%</b>	<b>3.741,0</b>

Fonte: <http://temp.mct.gov.br/#>. Acesso em 20/07/2009.

Elaboração própria

Reunindo 27,6% dos recursos e 26,9% dos projetos, a região Nordeste não aparece mal posicionada, em geral, apresentando uma participação particularmente positiva nas ações de educação, cultura, esporte e lazer, agricultura familiar, APLs e segurança alimentar<sup>8</sup>. Essas ações são mais

<sup>8</sup> Vale chamar atenção para as participações relativas dessa região no PIB e na população do país, que atingiam, respectivamente, 13,1% e 27,7% em 2006. Esses números constituem-se em referências importantes para a análise.

representativas em alguns estados específicos, como é o caso do Rio Grande do Norte, que concentra 75,1% do total de recursos direcionados às ações de educação, cultura, esporte e lazer no país, ou do Ceará, que responde por 28,9% do total aplicado nas ações de agricultura familiar. No caso dos APLs, os destaques ficam por conta de Pernambuco e do Ceará, que concentram, respectivamente, 22,2% e 16,9% do total nacional. Pernambuco e Paraíba aparecem com proeminência nas ações de segurança alimentar e nutricional, detendo, conjuntamente, 21,3% do total aplicado no Brasil no período considerado. A Bahia, por sua vez, apresenta certo realce nas ações de inclusão digital, tendo capturado cerca de 10,2% do total disponibilizado para o país.

A região Centro-Oeste, que responde por 10,6% dos recursos aplicados e 9,1% dos projetos apoiados, revela-se particularmente bem sucedida na captação das ações de APLs, segurança alimentar, saneamento ambiental e inclusão digital. Nos três primeiros casos, o destaque fica por conta do Distrito Federal, que concentrou, respectivamente, 17,1%, 14,2% e 9,6% do montante dirigido às ações de APL, segurança alimentar e saneamento ambiental no país. As iniciativas voltadas para a inclusão digital, por sua vez, fortaleceram-se no Centro-Oeste em função da posição relativa ocupada pelo Mato-Grosso, que recebeu 11,5% do total aplicado nacionalmente.

Nas regiões Sul e Norte, chama a atenção o diferencial observado entre as participações relativas no total de recursos e no conjunto de projetos, que possivelmente revela uma tendência à execução de projetos de menor porte. No Sul, é digno de nota o percentual de participação registrado nas ações de tecnologias sociais e assistivas, habitação, saneamento ambiental, economia solidária, relações de gênero e recursos hídricos. Nos dois primeiros casos, as ações se concentram no estado de Santa Catarina, que responde por 26,9% e 15,5%, respectivamente, dos recursos destinados às ações de tecnologias sociais e assistivas e à habitação no país. Esse mesmo estado, ao lado do Paraná, destaca-se também na realização de projetos de saneamento ambiental, enquanto o Rio Grande do Sul captura uma proporção relativamente elevada dos recursos para projetos relacionados a questões de gênero e recursos hídricos. As ações de economia solidária, por fim, distribuem-se entre os três estados, com participações relativas mais elevadas do Paraná e do Rio Grande do Sul, que recebem, respectivamente, 8,5% e 7,2% do total aplicado nacionalmente em projetos dessa natureza.

No caso da região Norte, que se beneficia de 3,8% do total aplicado e abriga 7,6% dos projetos apoiados, chama de imediato a atenção o fato de que recebe a quase totalidade do montante destinado ao fortalecimento de cadeias produtivas de recursos pesqueiros<sup>9</sup>. Apenas 5,9% desse total destinam-se ao estado do Mato-Grosso, concentrando-se todo o restante nos estados do Amazonas, Pará e Tocantins. As ações de tecnologias sociais e assistivas são também representativas na região, alcançando 11,3% do total aplicado no país, concentrados nos estados do

9 A região Norte, em 2006, detinha 5,1% do PIB e 8,1% da população do Brasil.

Amazonas e Pará. O Pará também tem certa importância nas ações de APLs e CVTs — detendo, respectivamente, 5,4% e 4,6% do total nacional —, enquanto o Amazonas detém 5,7% dos recursos destinados às ações de C,T &I para inclusão social associadas à agricultura familiar no país.

### Agendas de convergência das ações de CT&I para inclusão social

As agendas de convergência buscam traçar diretrizes que permitam aproximar as iniciativas estaduais dos instrumentos de apoio disponibilizados pelo governo federal por meio da Secis, estruturando um plano de trabalho conjunto que viabilize a execução de ações de interesse comum. Espera-se que elas minimizem a dispersão de esforços e recursos, permitindo o compartilhamento das estruturas e ações, de modo a dirigi-las de maneira ordenada e eficiente para fins comuns. Trata-se, portanto, de um processo indutivo de convergência de ações, que deve ser aprimorado e ampliado.

A partir de pesquisa bibliográfica e da realização de entrevistas semi-estruturadas com agentes proeminentes, coletaram-se informações relevantes para o trabalho. A sistematização dessas informações e a análise do conjunto de elementos identificados e de suas interações constituíram-se em subsídios fundamentais para que se estruturasse uma visão acerca do grau de interseções e sinergias entre a estrutura produtiva estadual, a base técnico-científica existente e as principais ações de fomento e apoio à CT&I para inclusão social disponíveis. Essa visão permitiu que se orientasse, de maneira democrática e participativa, a construção de agendas de convergência das ações de CT&I para inclusão social que apontam caminhos e orientam a trajetória de atuação da Secis e dos governos estaduais envolvidos.

O levantamento e a sistematização de dados e informações relativas às bases produtivas estaduais, às instituições técnico-científicas atuantes e às principais iniciativas federais e estaduais de CT&I para a inclusão social permitiram que se identificassem algumas lacunas e oportunidades que justificam a proposição de esforços de convergências das ações da Secis e das entidades estaduais. Não se pretende, com isso, exaurir todas as possibilidades, mas apontar caminhos factíveis, cuja identificação se justifica não apenas pelas condições apresentadas nos panoramas traçados, mas também pela capacidade e disposição dos principais agentes envolvidos. Nesse sentido, algumas das idéias foram aventadas nas próprias entrevistas e discutidas em oficinas realizadas, tendo sido posteriormente amadurecidas e aprimoradas.

A preocupação fundamental, ao reunir propostas de ações capazes de fazer convergir o empenho das instâncias federais e estaduais no desenvolvimento científico e tecnológico em favor da inclusão social, é encontrar possibilidades concretas de aplicação de programas e políticas públicas que potencializem resultados e preencham, ainda que parcialmente, os vazios identificados. Para tanto, é fundamental privilegiar parâmetros de simplicidade e afinidade. Esses parâmetros

determinam a estruturação de propostas que levam em consideração a possibilidade de convergência física e operacional das ações, assim como o estabelecimento de parcerias interinstitucionais. É também imprescindível que as ações estejam vinculadas aos propósitos das linhas de ação popularização de CT&I e melhoria do ensino e tecnologias para o desenvolvimento social, associadas à prioridade estratégica CT&I para o desenvolvimento social do PACTI, uma vez que os programas e ações da Secis subordinam-se aos seus objetivos

De modo a ordenar idéias relativas às prioridades estaduais convergentes, estabeleceram-se eixos temáticos vinculados aos principais programas da Secis, cujos objetivos são apresentados a seguir. A partir desses eixos, é possível definir as ações, detalhando os seus objetivos e as instituições envolvidas, o que vai conferir consistência e credibilidade à execução das agendas de convergência.

### Eixos temáticos

- **Eixo 1: Educação técnica e vocacional para inclusão social**

Objetivo: destina-se a formatar ações a serem empreendidas em parceria com os estados, visando a construção, ampliação e/ou modernização de CVTs

- **Eixo 2: Inclusão digital**

Objetivo: a partir das lacunas identificadas, visa complementar e fortalecer a rede de inclusão digital nos estados.

- **Eixo 3: Apoio a APLs emergentes**

Objetivo: tem o propósito de fomentar a organização de APLs emergentes, de modo a adensar as bases produtivas e fortalecer a articulação dos agentes estaduais.

- **Eixo 4: Apoio à pesquisa e extensão para inclusão social**

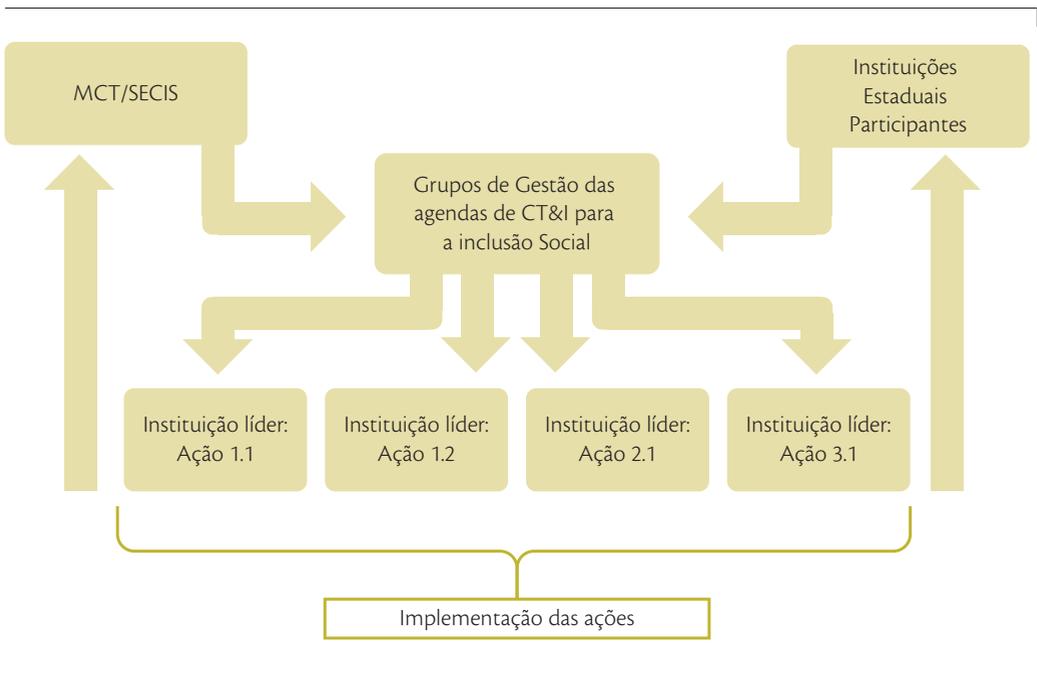
Objetivo: a identificação de potencialidades locais sustenta esse eixo temático, cujo objetivo é estimular o desenvolvimento de tecnologias sociais, tecnologias assistivas e tecnologias de resíduos adequadas às especificidades de cada espaço.

- **Eixo 5: Difusão e popularização da ciência**

Objetivo: visa disseminar o interesse pela ciência, articulando ações de divulgação, criação e fortalecimento de centros de CT&I, produção de material didático e estímulo ao estudo e ao ingresso nas áreas científica e tecnológica.

Perpassando esses eixos, duas proposições de ordem geral sustentam o conjunto de sugestões e se aplicam a todos os estados envolvidos nos esforços de construção de agendas de convergência propostos pela Secis.

A primeira delas visa estruturar adequados mecanismos de gestão, considerando as dificuldades que envolvem a contínua interação de múltiplas instituições, sobretudo quando vinculadas a diferentes instâncias federativas. Assim, parece indispensável a constituição de grupos institucionalizados de interlocução com a Secis, representados por um coordenador formalmente designado. Esses grupos serão compostos por todas as instituições participantes das ações definidas e por um representante da Secis. É fundamental que se definam, no âmbito desses grupos de gestão, as instituições responsáveis por liderar cada uma das ações elencadas. Essas lideranças deverão estabelecer interlocução direta com a Secis e com as demais entidades parceiras, responsabilizando-se pelo cumprimento das ações e propondo atribuições associadas às ações selecionadas, de modo que se possa acompanhar e ajustar as diversas etapas dos seus processos de implementação sempre que necessário. No âmbito da Secis, por outro lado, deve-se, também contar com um acompanhamento técnico sistemático, que sugira as necessárias ingerências e tome as providências cabíveis para que sejam cumpridos os objetivos definidos.



**Figura 1:** Modelo de Gestão das Agendas de Convergência

A segunda proposição é decorrência direta da necessidade de aproximar os programas e políticas públicas federais da realidade de cada região, propósito norteador das próprias agendas em construção. Quanto mais aderente às especificidades de cada território, maiores as chances de êxito das ações públicas e maior a tendência de que exerçam efeitos sociais positivos. Isso é particularmente verdadeiro no caso de iniciativas voltadas para os propósitos de inclusão social, que não são usualmente universais, mas se destinam a públicos específicos e realidades distintas, cujas características e peculiaridades devem ser levadas em consideração. Nesse sentido, o estabelecimento de grupos de trabalho interinstitucionais para a elaboração de editais focados nas especificidades regionais, envolvendo iniciativas no âmbito dos programas de CVTs, inclusão digital, segurança alimentar e APLs, entre outros, parece muito oportuno.

Prevê-se um prazo de dois anos para a execução das ações propostas. Por um lado, considera-se o tempo necessário para estruturação das tarefas e a maturação dos projetos, que requer o estabelecimento de um horizonte de médio prazo. Por outro, leva-se em conta a dificuldade de assegurar, num horizonte mais amplo, a continuidade de ações inseridas numa experiência pioneira de formulação de agendas de convergência. Propõe-se, ainda, que as ações sejam revistas anualmente, de maneira a adequarem-se às disponibilidades financeiras e aos avanços físicos observados. Caberá às instituições líderes de cada ação a apresentação das propostas e justificativas de ajustes aos grupos institucionalizados constituídos.

É também importante que a execução das ações das agendas de convergência seja monitorada por meio de um sistema de acompanhamento e avaliação. O estabelecimento de atividades específicas associadas à cada ação e a posterior definição de um cronograma de tarefas por cada uma das instituições líderes, distribuindo afazeres e responsabilidades e fixando prazos para o seu cumprimento, são partes integrantes desse sistema. Além disso, é fundamental que se definam, associados a esse cronograma, as fontes de recursos e os prazos de desembolsos previstos. Propõe-se que as instituições líderes de cada ação apresentem ao grupo gestor das agendas de convergência, além do cronograma inicial de trabalho, relatórios semestrais de acompanhamento, que especifiquem os resultados alcançados e as dificuldades identificadas na execução de cada ação. Caberá ao grupo gestor, diante dos obstáculos apontados, tomar as providências necessárias para a consecução dos objetivos definidos. O representante da Secis deve estar particularmente envolvido nesse acompanhamento.

Ao final do prazo estabelecido para as agendas de convergência, é fundamental que se proceda a uma avaliação dos resultados e dos impactos alcançados. Essa avaliação norteará a continuidade do processo e a repactuação das agendas para um novo período, após a conclusão dos dois anos de trabalho instituídos.

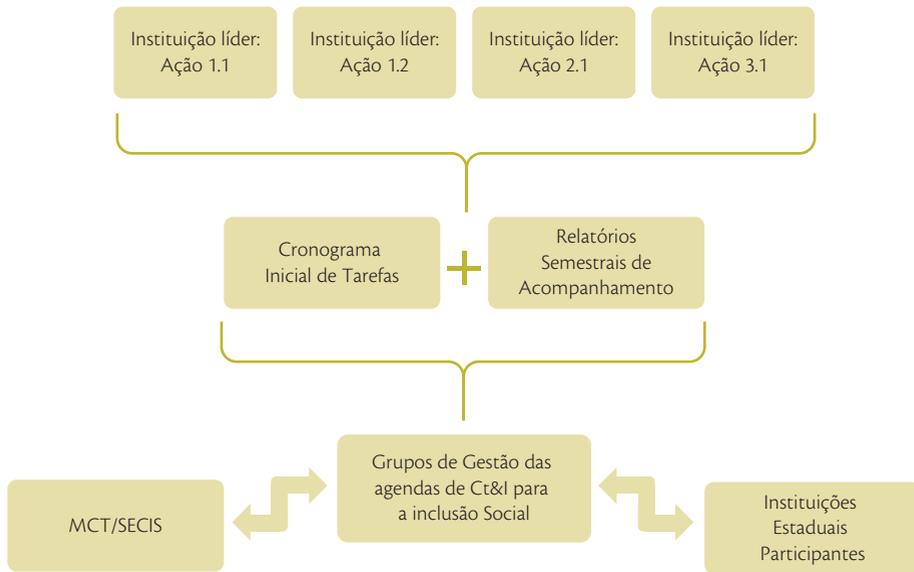


Figura 2: Sistema de Acompanhamento e Interloquções

### 2.1.1. A construção das agendas: uma proposta metodológica

A descrição dos procedimentos metodológicos para a construção das agendas de convergência das ações de CT&I para a inclusão social é uma tarefa relevante para a disseminação dessa iniciativa. Considera-se não apenas a intenção manifesta pela Secis de estender essa experiência pioneira para outras unidades da Federação, como a possibilidade de que os esforços de convergência relatados possam inspirar outras instâncias executivas a avançar nessa direção.

A figura a seguir apresenta uma representação esquemática das diretrizes metodológicas propostas e adotadas para o desenvolvimento dos trabalhos nos estados do Acre e do Rio Grande do Norte. Conforme se pode observar, a estratégia divide-se em três grandes fases. No âmbito de cada uma delas, define-se uma sucessão de atividades e um conjunto de resultados esperados.

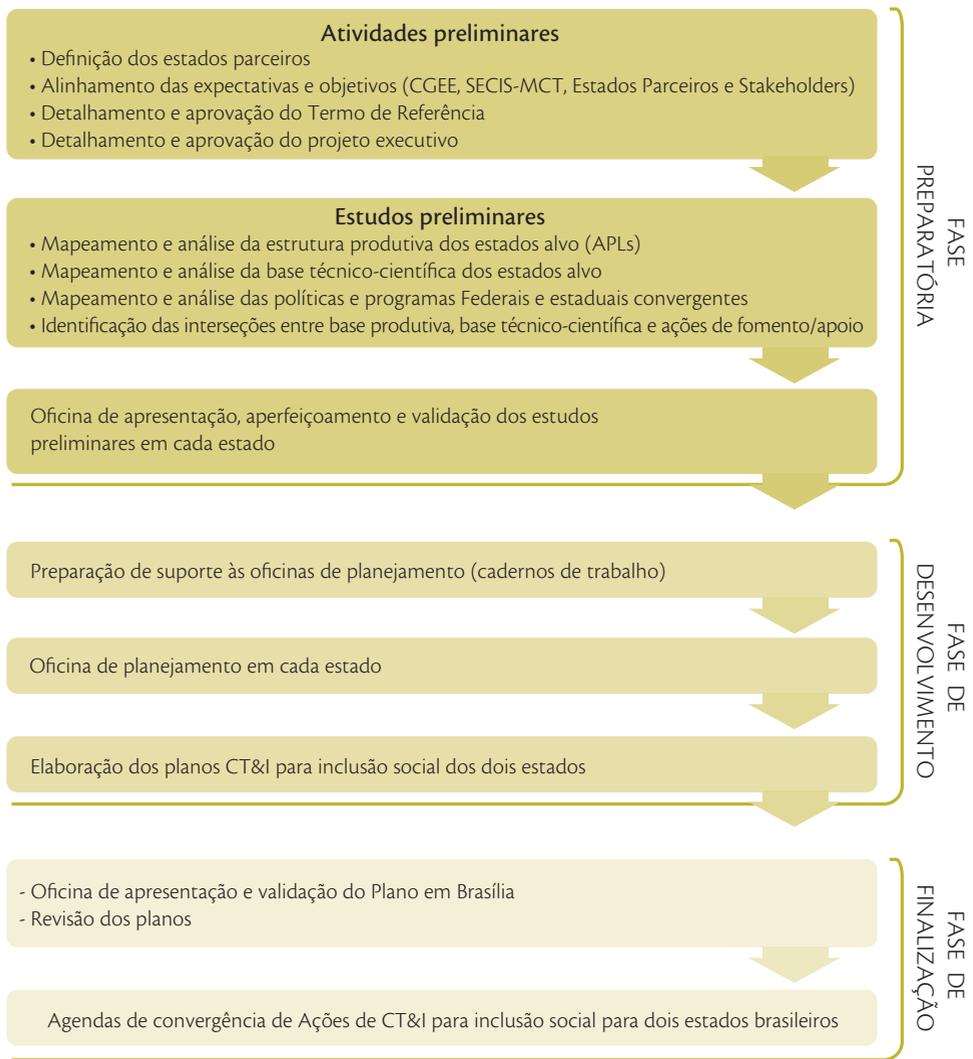


Figura 3: Diretrizes Metodológicas Adotadas

A fase preparatória abrangeu atividades relevantes para a definição do escopo, dos objetivos e da metodologia de trabalho, envolvendo diversas reuniões e consultas à Secis/MCT e a instituições e agentes vinculados ao governo dos estados incluídos no projeto. A própria definição dos estados parceiros, os esforços de alinhamento das expectativas e objetivos do trabalho com as equipes técnicas e os dirigentes das secretarias envolvidas, o detalhamento do termo de referência e a elaboração de um plano de trabalho constituíram atividades preliminares que compuseram essa etapa.

De modo a sensibilizar dirigentes estaduais e recolher informações preliminares acerca das iniciativas estaduais de CT&I para a inclusão social, a equipe técnica responsável pela elaboração do trabalho reuniu-se, em momentos distintos, com os titulares das pastas de C&T estaduais, que manifestaram interesse no trabalho e colocaram à disposição, para maiores informações e esclarecimentos, funcionários qualificados de suas equipes de trabalho.

Com vistas a conhecer os principais programas executados pela Secis/MCT e a visão do seu principal dirigente, organizou-se reunião com o secretário de ciência e tecnologia para inclusão social, Sr. Joe Carlo Valle, e alguns membros de sua equipe. A idéia é que fossem detalhados, nessa ocasião, os principais instrumentos disponíveis nos programas sob responsabilidade da Secis, de modo a orientar o andamento das pesquisas nos dois estados selecionados.

Para promover um alinhamento das expectativas e precisar os objetivos gerais e específicos do trabalho, realizou-se, antes do início das entrevistas, a Oficina de Planejamento do projeto, que contou com a presença de dirigentes e técnicos dos estados, da Secis/MCT e do CGEE, além da participação de alguns convidados selecionados. Foi a partir dessa oficina que se conseguiu avançar no detalhamento do termo de referência do trabalho, estabelecendo com maior segurança e precisão as informações e propostas do plano de trabalho que norteou o projeto.

Ainda na fase preparatória, encontra-se a atividade de elaboração de estudos preliminares envolvendo a análise das estruturas produtivas e da base técnico-científica dos estados, sustentados por pesquisa bibliográfica, pela coleta de dados e informações secundárias e pela realização de visitas e entrevistas semi-estruturadas para a coleta de informações primárias com agentes relevantes<sup>10</sup>. Esses mesmos recursos foram utilizados para identificar as principais ações, políticas e programas federais e estaduais de CT&I para inclusão social. Com os resultados desses esforços, foi possível avançar para uma identificação prévia das convergências e sinergias existentes entre as estruturas produtivas e técnico-científicas disponíveis e as ações de fomento identificadas. Na sequência, detalham-se algumas informações recolhidas para os relatórios, de modo a sistematizar a metodologia seguida e criar referências para a execução de estudos análogos envolvendo outros estados.

Como primeira fonte de pesquisa referente à base produtiva estadual, identificou-se o IBGE, que reúne estatísticas por estados e municípios facilmente acessíveis em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/> e <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Em seguida, buscaram-se, nos relatórios e estudos técnicos relativos aos estados e nas fontes acadêmicas identificadas, informações recentes já organizadas, de modo a usufruir dos avanços anteriormente obtidos pelos esforços de compreensão da realidade dos estados, tomando ciência das análises e conclusões apresentadas e apreendendo o conhecimento sistematizado. No que diz respeito à base técnico-

---

10 O Anexo I apresenta o roteiro de entrevistas utilizado para as entrevistas realizadas nos estados.

científica e às principais ações de CT&I para inclusão social, além das informações obtidas nas entrevistas realizadas, foram coletados elementos de relevo nos sites institucionais e nos relatórios de gestão das entidades. Além disso, em muitos casos, buscou-se acessar os projetos, de modo a melhor compreender a estruturação das ações e propostas identificadas.

É claro que não se pretende com essa descrição engessar os procedimentos de pesquisa, uma vez que as particularidades estaduais pressupõem flexibilidade para ajustar a estrutura do texto e as informações necessárias para uma adequada caracterização da base produtiva e científico-tecnológica. As diferenças de porte e complexidade, assim como a disponibilidade ou não de estudos anteriores já sistematizando informações de referência para a pesquisa, definem os passos necessários para a execução do trabalho em cada uma das unidades da federação.

De qualquer modo, a apresentação dos passos metodológicos empregados constitui-se em uma referência importante para os desdobramentos do trabalho e a construção de agendas de convergência envolvendo outras unidades da federação.

Em resumo, as três partes que compuseram os estudos preliminares que subsidiaram as oficinas de desenvolvimento das agendas foram:

**1) Identificação e análise das principais ações, políticas e programas federais de CT&I para inclusão social:**

- Apresentação das principais ações, políticas e programas sob responsabilidade da Secis, identificando o montante de recursos disponível e a sua distribuição entre os estados. Coletaram-se dados relativos ao montante de recursos alocados em cada uma das ações de CT&I para o desenvolvimento social a cargo do MCT e calcularam-se os percentuais de participação de cada uma delas no total, assim como a participação relativa de cada região administrativa. As tabelas no Anexo II desagregam esses dados por unidade da federação. Dedicou-se especial atenção à situação dos estados investigados, montando-se tabelas específicas que indicavam: i) a participação de cada um deles no total despendido no período enfocado no Brasil; ii) a participação relativa de cada ação no total de recursos canalizado para os estados.

**2) Identificação e análise das estruturas produtivas e das principais ações, políticas e programas estaduais de CT&I para inclusão social, envolvendo:**

- Dados populacionais do IBGE: população total, número/porte dos municípios e concentração populacional (disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.sht>)

- Especificidades geográficas: características físicas, edafoclimáticas e/ou culturais e etc. (disponível em diversas fontes)
- Distribuição Relativa do Valor Adicionado Estadual (disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rn&tema=contasregionais2006>).
- Informações sobre a distribuição do emprego (IBGE. Cadastro Central de Empresas/ RAIS/ CAGED).
- Distribuição espacial do PIB estadual (disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2006/default.shtm>)
- Principais atividades econômicas e sua localização (além das informações obtidas nos anuários estatísticos do IBGE, anuários estaduais, relatórios e estudos técnicos, as informações coletadas nas entrevistas ajudaram a identificar as principais atividades com potencial para a inclusão social e sua localização).
- APLs (grupos organizados no âmbito do GTP-APL e outros arranjos indicados pelas instituições estaduais).

### 3) Identificação e análise da base técnico-científica dos estados alvos:

- Identificação das principais instituições de ensino superior, ensino profissionalizante, pesquisa e desenvolvimento, estruturas laboratoriais e entidades do Sistema S e descrição de suas principais ações e projetos vinculados à CT&I para inclusão social (fontes como relatórios e estudos técnicos, ao lado das entrevistas realizadas, direcionaram a pesquisa para sites e relatórios de gestão institucional. Em alguns casos, procurou-se acessar os projetos para melhor compreender a estruturação das ações propostas ou em execução).

Os estudos preliminares, previamente distribuídos para as instituições estaduais, orientaram as discussões nas oficinas de trabalho e serviram de suporte às demais etapas da pesquisa. Com o apoio dos parceiros estaduais, foram organizadas oficinas de apresentação, discussão e validação dos estudos preliminares, das quais participaram as pessoas anteriormente entrevistadas e outras identificadas como relevantes para essa finalidade. Na ocasião, procurou-se ajustar as informações anteriormente recolhidas e sistematizadas, agregando dados importantes que ainda não haviam sido considerados e retificando eventuais equívocos. Essa etapa do trabalho foi também fundamental para o envolvimento das instituições estaduais nos esforços de construção das agendas de convergência, que não lograrão êxito caso não contem com a sua adesão.

Após as discussões realizadas no estado e os ajustes efetuados nos documentos, organizou-se o chamado caderno de trabalho. Esse caderno, contendo orientações gerais e idéias preliminares acerca de ações que poderiam compor as agendas de convergência em construção, serviu de suporte às oficinas de planejamento, que envolveram técnicos, lideranças e dirigentes estaduais. A preparação da pauta dessas reuniões, a identificação dos convidados e a cuidadosa elaboração do caderno de trabalho foram tarefas da maior relevância para o adequado andamento do projeto. A disponibilização do relatório de estudos revisto, nessa ocasião, foi também muito oportuna, pois balizou os esforços de construção e aperfeiçoamento das propostas.

Uma vez realizadas as oficinas de planejamento, foi necessário sistematizar os seus resultados e ajustar os documentos previamente elaborados a partir das recomendações e sugestões recolhidas. Tendo por base as sinalizações das lideranças e dirigentes estaduais a respeito dos pontos da agenda, foi possível desenvolvê-los com maior segurança, atentando para as orientações programáticas da Secis.

Como resultado de todo esse processo, foram gerados os documentos “Agenda de Convergência das Ações de CT&I para Inclusão Social para o Estado do Rio Grande do Norte” e “Agenda de Convergência das Ações de CT&I para Inclusão Social para o Estado do Acre”, publicados pelo CGEE. Esses documentos resumem os compromissos assumidos pela Secis/MCT e pelos governos estaduais para o desenvolvimento de ações sinérgicas de CT&I para promoção da inclusão social nessas unidades da federação.

### 3. Considerações finais

Com o objetivo de promover a convergência entre as ações da Secis e dos estados, potencializando resultados e reduzindo a dispersão de esforços e recursos, procurou-se construir uma agenda de trabalho envolvendo o conjunto de instituições atuantes na área de CT&I para a inclusão social. Montada a partir da sistematização de conhecimentos acerca da realidade estadual e da mobilização dessas instituições, a agenda discrimina as ações e seus objetivos, indica as instituições líderes e participantes do processo de execução e estima prazos para a realização dos trabalhos. Além disso, sugere modelos de gestão, acompanhamento e avaliação, fundamentais para assegurar o êxito dos propósitos definidos.

A experiência de construção de agendas de convergência, além de oportuna — uma vez que contribuiu para a articulação de instituições em torno de projetos de interesse comum —, parece ter sido positiva. Ao final do processo, conseguiu-se estruturar, nas oficinas de planejamento organizadas nos estados envolvidos, propostas consistentes e ajustadas aos eixos temáticos determinados. Além disso, a discussão dos resultados dos estudos preliminares e o

processo de definição das ações motivou a aproximação das instâncias federal e estadual e de importantes instituições atuantes em cada estado. Ao longo do processo, as entidades envolvidas passaram a conhecer mais de perto os objetivos e projetos dos parceiros, refletindo acerca das possibilidades de atuação conjunta.

Entretanto, o êxito identificado no processo de construção das agendas não assegura, necessariamente, o sucesso da iniciativa proposta. Esse sucesso depende de inúmeros fatores, dentre os quais a capacidade e o interesse das entidades envolvidas em manter a necessária articulação, a disponibilidade de recursos financeiros e institucionais para a execução dos trabalhos e a eficiência do modelo de gestão sugerido. É necessário, portanto, acompanhar de perto a constituição e o funcionamento do grupo gestor, o detalhamento e a execução das ações propostas e o grau de organização dos canais de interlocução estabelecidos entre a Secis e os estados.

Não obstante a ressalva, considera-se que a iniciativa descrita constitui-se num importante avanço para a formulação e execução de políticas públicas no Brasil. A superposição de esforços e falta de articulação entre os atores envolvidos nos processos de implementação dos mais diversos programas e ações têm sido características tão indesejáveis quanto presentes, comprometendo resultados e gerando desperdícios de recursos. Além disso, a consulta às bases locais quanto à definição de prioridades é, sem dúvida, muito bem-vinda, sobretudo quando associada ao estabelecimento de procedimentos e mecanismos eficientes, participativos e democráticos. Nesse sentido, estimula-se a divulgação do processo de construção das agendas de convergência das ações de CT&I para a inclusão social, esperando que críticas e sugestões permitam aprimorar os procedimentos metodológicos adotados e estender a iniciativa de aproximação interinstitucional a outras áreas de interesse e a outras instâncias executivas.

## Referências

- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia - MCT. Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação. PACTI. Brasília, 2007
- CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. Relatório de Avaliação do Programa CVT – Versão Preliminar, 2009.
- DAGNINO, Renato. A Tecnologia Social e seus desafios. In: Antonio De Paulo et al. (Org.). Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004, p. 187-210.
- FAGUNDES, Maria Emília Marques; CAVALCANTE, Luiz R. M. T.; RAMACCIOTTI, Rafael Esmeraldo Lucchesi. Distribuição regional dos recursos federais para ciência e tecnologia. Parcerias Estratégicas (Brasília), v. 21, p. 59-78, 2005.
- REZENDE, Sérgio. Conhecimento e inclusão social. Inclusão Social, Brasília, v. 1, n. 1, p. 6-7, out./mar., 2005.

VIOTTI, Eduardo. Brasil: de política de ciência e tecnologia para política de inovação? Evolução e desafios das políticas brasileiras de ciência, tecnologia e inovação. In: Centro de Gestão e Estudos Estratégico (CGEE). Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação: diálogos entre experiências estrangeiras e brasileira. Brasília: CGEE, 2008.

## Anexos

### Anexo I: Roteiros de entrevista

#### Roteiro de entrevista nos Estados

1. Descrição da base produtiva estadual: atividades relevantes e sua localização.
2. Descrição das atividades produtivas estaduais com impactos na inclusão social
3. Descrição da base tecnológica existente: principais instituições, seus objetivos e sua localização.
4. Descrição dos principais programas/políticas estaduais que envolvam CT&I para inclusão social
5. Avaliação da interação entre os esforços estaduais e federais de CT&I para inclusão social
6. Sugestões

#### Roteiro de entrevista Secis/MCT

1. Ações, programas e políticas de CT&I para Inclusão Social mais relevantes para a Secis/MCT.
2. Descrição desses programas: objetivos, abrangência, recursos disponíveis, forma de adesão dos estados.
3. Trajetória e perspectivas desses programas
4. Outros programas — secundários para a Secis (quando comparados aos citados anteriormente) — que podem assumir, para um determinado estado, papel de relevo.
5. Avaliação da interação entre os esforços estaduais e federais de CT&I para inclusão social
6. Sugestões

## Anexo II: Ações de CT&amp;I para o desenvolvimento social por UF

Tabela A1: Ações de CT&amp;I para o desenvolvimento social - Brasil e Unidades da Federação 2003/2004

	Desenvol. Social e Popularização de C&T	Inclusão Digital	Centro Vocacional Tecnológico	Saúde	Arranjo Produtivo Local	Tecnologias Sociais e Assistivas	Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Segurança Alimentar e Nutricional
Acre	516,8	1.020,0	927,6	13,2	-	334,3	-	486,5
Amazonas	829,0	2.501,6	-	1.430,7	-	1.639,1	-	872,0
Pará	95,0	4.597,8	10.005,0	2.157,3	3.170,3	2.084,8	113,2	247,6
Amapá	200,0	875,0	-	-	278,3	-	-	-
Roraima	45,0	599,4	-	-	134,7	209,6	-	-
Rondônia	271,0	1.559,6	779,0	980,0	-	246,2	-	-
Tocantins	91,1	2.411,0	1.078,3	50,0	67,1	525,4	-	164,6
Maranhão	3.747,4	1.309,7	5.335,9	2.899,0	251,6	156,9	218,1	55,3
Piauí	249,8	140,0	2.057,3	89,6	-	379,1	-	732,0
Ceará	6.563,8	23.175,0	7.708,1	10.431,3	9.980,5	991,9	-	772,4
Rio G. do Norte	22.669,6	3.370,0	4.907,3	532,5	671,5	337,3	19.796,3	616,9
Paraíba	23.016,3	6.639,5	2.990,4	1.847,3	1.562,9	1.049,9	54,2	1.926,7
Pernambuco	31.670,1	14.027,6	13.540,4	5.795,0	13.090,1	1.028,5	-	3.138,0
Alagoas	1.701,7	1.256,7	3.743,6	348,1	1.023,7	44,3	-	422,0
Sergipe	6.743,4	1.480,0	1.822,5	112,5	-	401,4	-	438,6
Bahia	17.600,4	28.712,7	8.586,0	11.363,6	2.010,4	1.302,3	467,6	332,2
Goiás	2.268,4	5.407,4	15.666,2	2.755,1	3.216,6	370,5	-	97,3
Distrito Federal	29.892,1	13.365,4	1.056,4	2.408,8	10.081,9	1.865,7	540,9	3.368,1
Mato Grosso	150,0	32.167,9	500,0	905,2	-	391,4	-	198,7
Mato G. do Sul	1.391,2	3.807,4	-	73,9	588,8	593,2	-	91,5
Minas Gerais	79.738,7	19.848,6	105.163,8	20.647,5	767,5	2.307,0	819,4	1.674,2
Espírito Santo	971,7	7.811,6	19.464,8	2.564,9	973,6	79,1	-	35,9
Rio de Janeiro	97.974,8	20.326,3	9.658,2	61.033,8	1.193,1	480,8	1.018,2	4.021,7
São Paulo	27.982,2	49.564,2	2.910,7	46.747,4	2.995,4	2.706,8	955,9	2.169,2
Paraná	7.985,7	11.202,0	867,0	1.792,6	1.678,2	1.973,8	919,2	1.401,7
Santa Catarina	2.974,6	8.461,1	-	1.271,0	318,8	8.836,4	799,3	93,0
Rio G. do Sul	10.488,0	15.114,9	962,1	21.058,1	5.037,1	2.571,0	667,2	404,8
<b>TOTAL (R\$ mil)</b>	<b>377.827,8</b>	<b>280.752,4</b>	<b>219.730,6</b>	<b>199.308,4</b>	<b>59.092,1</b>	<b>32.906,7</b>	<b>26.369,5</b>	<b>23.760,9</b>

Fonte: <http://Scesso 15/07/2009>.

Elaboração própria

...Continuação

Economia Solidária	Saneamento Ambiental	Recursos Hídricos	Agricultura Familiar	Habitação	Desenv. Local	Relações de Gênero	Cadeias Produtivas de Recursos Pesqueiros	TOTAL (R\$ mil)	Projetos
120,1	-	-	149,8	-	-	-	-	3.568,3	23
67,5	-	-	499,7	94,2	-	53,8	1.602,4	9.590,0	59
668,7	391,6	-	613,7	-	-	81,1	367,2	24.593,3	82
-	-	-	-	-	-	-	-	1.353,3	11
120,0	-	-	61,9	-	-	44,8	-	1.215,4	18
-	-	-	60,2	-	-	20,0	-	3.916,0	30
316,9	70,8	-	123,9	-	-	-	323,6	5.222,7	63
-	-	-	53,7	-	-	44,0	-	14.071,6	31
-	-	-	-	-	-	14,0	-	3.661,8	21
720,1	245,0	765,7	2.526,7	359,2	-	84,0	-	64.323,7	107
-	738,2	492,4	225,6	134,4	-	104,0	-	54.596,0	66
220,0	469,3	932,6	342,9	308,9	-	108,8	-	41.469,7	109
1.019,3	598,0	502,1	668,6	476,6	-	235,4	-	85.789,7	297
259,0	-	-	-	199,8	-	-	-	8.998,9	37
203,9	-	-	-	-	-	84,5	-	11.286,8	47
2.236,0	1.863,2	920,2	789,1	51,8	161,8	320,0	-	76.717,3	290
100,0	-	-	156,1	-	-	143,0	-	30.180,6	86
-	2.030,1	372,7	234,2	129,8	-	237,9	-	65.584,0	178
259,0	-	-	109,4	120,8	-	-	143,7	34.946,1	46
289,8	99,4	-	150,9	-	-	59,4	-	7.145,5	32
2.821,9	3.351,7	-	726,8	379,6	1.150,0	648,2	-	240.044,9	386
199,5	439,1	203,6	-	-	-	19,0	-	32.762,8	121
2.912,9	1.618,7	4.930,0	258,4	475,0	4.723,5	605,0	-	211.230,4	352
4.855,6	3.182,5	1.936,3	167,9	3.216,7	576,5	923,8	-	150.891,1	600
1.832,8	2.660,7	263,3	85,9	391,8	301,8	104,0	-	33.460,5	208
857,6	2.307,2	145,1	171,8	1.288,0	-	125,0	-	27.648,9	147
1.553,8	1.075,9	1.246,4	554,1	689,2	-	665,5	-	62.088,1	294
21.634,4	21.141,4	12.710,4	8.731,3	8.315,8	6.913,6	4.725,2	2.436,9	1.306.357,4	3.741,0

Tabela A2: Ações de CT&amp;I para o desenvolvimento social - Brasil e Unidades da Federação 2003/2004

	Desenvol. Social e Popularização de C&T	Inclusão Digital	Centro Vocacional Tecnológico	Saúde	Arranjo Produtivo Local	Tecnologias Sociais e Assistivas	Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Segurança Alimentar e Nutricional	Economia Solidária
Acre	0,1%	0,4%	0,4%	0,0%	0,0%	1,0%	0,0%	2,0%	0,6%
Amazonas	0,2%	0,9%	0,0%	0,7%	0,0%	5,0%	0,0%	3,7%	0,3%
Pará	0,0%	1,6%	4,6%	1,1%	5,4%	6,3%	0,4%	1,0%	3,1%
Amapá	0,1%	0,3%	0,0%	0,0%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Roraima	0,0%	0,2%	0,0%	0,0%	0,2%	0,6%	0,0%	0,0%	0,6%
Rondônia	0,1%	0,6%	0,4%	0,5%	0,0%	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%
Tocantins	0,0%	0,9%	0,5%	0,0%	0,1%	1,6%	0,0%	0,7%	1,5%
Piauí	0,1%	0,0%	0,9%	0,0%	0,0%	1,2%	0,0%	3,1%	0,0%
Ceará	1,7%	8,3%	3,5%	5,2%	16,9%	3,0%	0,0%	3,3%	3,3%
Rio G. do Norte	6,0%	1,2%	2,2%	0,3%	1,1%	1,0%	75,1%	2,6%	0,0%
Paraíba	6,1%	2,4%	1,4%	0,9%	2,6%	3,2%	0,2%	8,1%	1,0%
Pernambuco	8,4%	5,0%	6,2%	2,9%	22,2%	3,1%	0,0%	13,2%	4,7%
Alagoas	0,5%	0,4%	1,7%	0,2%	1,7%	0,1%	0,0%	1,8%	1,2%
Sergipe	1,8%	0,5%	0,8%	0,1%	0,0%	1,2%	0,0%	1,8%	0,9%
Bahia	4,7%	10,2%	3,9%	5,7%	3,4%	4,0%	1,8%	1,4%	10,3%
Goiás	0,6%	1,9%	7,1%	1,4%	5,4%	1,1%	0,0%	0,4%	0,5%
Distrito Federal	7,9%	4,8%	0,5%	1,2%	17,1%	5,7%	2,1%	14,2%	0,0%
Mato Grosso	0,0%	11,5%	0,2%	0,5%	0,0%	1,2%	0,0%	0,8%	1,2%
Mato G. do Sul	0,4%	1,4%	0,0%	0,0%	1,0%	1,8%	0,0%	0,4%	1,3%
Minas Gerais	21,1%	7,1%	47,9%	10,4%	1,3%	7,0%	3,1%	7,0%	13,0%
Espírito Santo	0,3%	2,8%	8,9%	1,3%	1,6%	0,2%	0,0%	0,2%	0,9%
Rio de Janeiro	25,9%	7,2%	4,4%	30,6%	2,0%	1,5%	3,9%	16,9%	13,5%
São Paulo	7,4%	17,7%	1,3%	23,5%	5,1%	8,2%	3,6%	9,1%	22,4%
Paraná	2,1%	4,0%	0,4%	0,9%	2,8%	6,0%	3,5%	5,9%	8,5%
Santa Catarina	0,8%	3,0%	0,0%	0,6%	0,5%	26,9%	3,0%	0,4%	4,0%
Rio G. do Sul	2,8%	5,4%	0,4%	10,6%	8,5%	7,8%	2,5%	1,7%	7,2%
<b>TOTAL</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>TOTAL (R\$ mil)</b>	<b>377.827,8</b>	<b>280.752,4</b>	<b>219.730,6</b>	<b>199.308,4</b>	<b>59.092,1</b>	<b>32.906,7</b>	<b>26.369,5</b>	<b>23.760,9</b>	

Fonte: <http://Scesso 15/07/2009>.

Elaboração própria

...Continuação

Saneamento Ambiental	Recursos Hídricos	Agricultura Familiar	Habitação	Desenv. Local	Relações de Gênero	Cadeias Produtivas de Recursos Pesqueiros	TOTAL	Projetos (%)	Projetos
0,0%	0,0%	1,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	0,6%	23
0,0%	0,0%	5,7%	1,1%	0,0%	1,1%	65,8%	0,7%	1,6%	59
1,9%	0,0%	7,0%	0,0%	0,0%	1,7%	15,1%	1,9%	2,2%	82
0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,3%	11
0,0%	0,0%	0,7%	0,0%	0,0%	0,9%	0,0%	0,1%	0,5%	18
0,0%	0,0%	0,7%	0,0%	0,0%	0,4%	0,0%	0,3%	0,8%	30
0,3%	0,0%	1,4%	0,0%	0,0%	0,0%	13,3%	0,4%	1,7%	63
0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	0,0%	0,3%	0,6%	31
1,2%	6,0%	28,9%	4,3%	0,0%	1,8%	0,0%	4,9%	2,9%	21
3,5%	3,9%	2,6%	1,6%	0,0%	2,2%	0,0%	4,2%	1,8%	107
2,2%	7,3%	3,9%	3,7%	0,0%	2,3%	0,0%	3,2%	2,9%	66
2,8%	4,0%	7,7%	5,7%	0,0%	5,0%	0,0%	6,6%	7,9%	109
0,0%	0,0%	0,0%	2,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%	1,0%	297
0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,8%	0,0%	0,9%	1,3%	37
8,8%	7,2%	9,0%	0,6%	2,3%	6,8%	0,0%	5,9%	7,8%	47
0,0%	0,0%	1,8%	0,0%	0,0%	3,0%	0,0%	2,3%	2,3%	290
9,6%	2,9%	2,7%	1,6%	0,0%	5,0%	0,0%	5,0%	4,8%	86
0,0%	0,0%	1,3%	1,5%	0,0%	0,0%	5,9%	2,7%	1,2%	178
0,5%	0,0%	1,7%	0,0%	0,0%	1,3%	0,0%	0,5%	0,9%	46
15,9%	0,0%	8,3%	4,6%	16,6%	13,7%	0,0%	18,4%	10,3%	32
2,1%	1,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%	0,0%	2,5%	3,2%	386
7,7%	38,8%	3,0%	5,7%	68,3%	12,8%	0,0%	16,2%	9,4%	121
15,1%	15,2%	1,9%	38,7%	8,3%	19,6%	0,0%	11,6%	16,0%	352
12,6%	2,1%	1,0%	4,7%	4,4%	2,2%	0,0%	2,6%	5,6%	600
10,9%	1,1%	2,0%	15,5%	0,0%	2,6%	0,0%	2,1%	3,9%	208
5,1%	9,8%	6,3%	8,3%	0,0%	14,1%	0,0%	4,8%	7,9%	147
100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	294
21.634,4	21.141,4	12.710,4	8.731,3	8.315,8	6.913,6	4.725,2	2.436,9	1.306.357,4	3.741,0